

**AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 017/2025**

**Processo Administrativo nº 080/2025**

Torna-se público que o Município de Abelardo Luz, Estado de Santa Catarina, por meio da Secretaria Municipal de Saúde de Abelardo Luz, realizará Dispensa Eletrônica<sup>1</sup>, com critério de julgamento Menor Preço na hipótese do art. 75, inciso II, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021 e demais legislação aplicável.

**Data da sessão:** Dia 15/05/2025.

**Local:** Plataforma BLL Compras - <https://bllcompras.com/Home/Login>.

**Horário de início:** 07:30min.

**1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA**

1.1. Aquisição de Aparelho de Medição de Cloro e pH, Reagente líquido de pH para AK400 Cloro-pH Max, Reagente Líquido para Cloro Livre AK4004 e Serviço de Calibração de aparelho de medição de cloro e pH dos modelos AKLA53950 e AK4004, para as atividades da Vigilância Sanitária, na avaliação e controle de riscos do sistema de abastecimento de água no Município de Abelardo Luz/SC.

1.2. A contratação será dividida em itens, conforme tabela constante abaixo.

Item	Objeto	Unid.	Quant.	Valor Unit.	Valor total
1	Aparelho de Medição de Cloro e pH AK400	UN	02	R\$2.599,35	R\$5.198,70
2	Reagente líquido de pH para AK400 Cloro-pH Max. Frasco com 20ml (Quantidade de análises: 100).	UN	05	R\$66,00	R\$330,00
3	Reagente Líquido para Cloro Livre AK4004 (300 testes)	KIT	02	R\$150,00	R\$300,00
4	Serviço de Calibração de aparelho de medição de cloro e pH dos modelos AKLA53950 e AK4004	SV	05	R\$160,50	R\$802,50
Valor total R\$ 6.631,20					

1.2.1. Havendo mais de um item faculta-se ao fornecedor a participação em quantos forem de seu interesse.

<sup>1</sup>Art. 176. Os Municípios com até 20.000 (vinte mil) habitantes terão o prazo de 6 (seis) anos, contado da data de publicação desta Lei, para cumprimento:

I - dos requisitos estabelecidos no art. 7º e no caput do art. 8º desta Lei;

**II - da obrigatoriedade de realização da licitação sob a forma eletrônica a que se refere o § 2º do art. 17 desta Lei;**

III - das regras relativas à divulgação em sítio eletrônico oficial.

**Parágrafo único. Enquanto não adotarem o PNCP, os Municípios a que se refere o caput deste artigo deverão:**

**I - publicar, em diário oficial, as informações que esta Lei exige que sejam divulgadas em sítio eletrônico oficial, admitida a publicação de extrato;**

II - disponibilizar a versão física dos documentos em suas repartições, vedada a cobrança de qualquer valor, salvo o referente ao fornecimento de edital ou de cópia de documento, que não será superior ao custo de sua reprodução gráfica.



1.3. O critério de julgamento adotado será o **menor preço**, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

## **2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA.**

2.1. A participação na presente dispensa se dará mediante Sistema de Dispensa Eletrônica no site: <https://bllcompras.com/Home/Login>.

2.2. Não poderão participar desta dispensa os fornecedores:

2.2.1. Que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);

2.2.2. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.2.3. Que se enquadrem nas seguintes vedações:

a) Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

b) Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

c) Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

d) Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

e) Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

f) Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista

2.2.3.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

2.2.3.2. Aplica-se o disposto na alínea “c” também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;

## **3. INGRESSO NA DISPENSA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL**



3.1. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica se dará com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.

3.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do aviso de contratação direta, encaminhará, por meio do sistema eletrônico, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

3.2.1. A proposta também deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

3.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam a Contratada.

3.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços;

3.4.1. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

3.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

3.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

3.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

3.8. Uma vez enviada a proposta, os fornecedores **NÃO** poderão retirá-la, substituí-la ou modificá-la;

3.9. No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, e estar ciente das seguintes condições:

3.9.1. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

3.9.2. Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

3.9.1. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;



3.9.2. Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

3.9.3. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

3.9.4. Que assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras;

3.9.5. Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91.

3.9.6. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

#### **4. FASE DE LANCES**

4.1. A partir das 7:30 min até às 13:30 min da data estabelecida neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será aberta para lances públicos e sucessivos, de forma eletrônica sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.

4.2. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão informar seus lances;

4.2.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item/lote.

4.3. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto em relação ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

4.3.1. O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como “lances intermediários” para os fins deste Aviso de Contratação Direta.

4.4. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

4.5. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

4.6. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do fornecedor.

4.7. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.

4.7.1. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

#### **5. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO**



5.1. Encerrada a fase de lances, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.

5.2. No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.

5.2.1. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida a melhor proposta com preço compatível ao estimado pela Administração.

5.2.2. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.

5.2.3. Em qualquer caso, concluída a negociação, o resultado será registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica.

5.3. Estando o preço compatível, será solicitado o envio da proposta e, se necessário, de documentos complementares, adequados ao último lance.

5.4. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.5. Será desclassificada a proposta vencedora que:

5.5.1. Contiver vícios insanáveis;

5.5.2. Não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;

5.5.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

5.5.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

5.5.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.

5.6. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

5.6.1. For insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

5.6.2. Apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.





5.7. Se houver indícios de inexecutabilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a executabilidade da proposta.

5.8. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo de 24 horas, desde que não haja majoração do preço.

5.8.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

5.8.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

5.9. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

5.10. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

5.11. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se a nova data e horário para a sua continuidade através do site [www.abelardoluz.sc.gov.br](http://www.abelardoluz.sc.gov.br);

5.12. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

## **6. HABILITAÇÃO**

6.1. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação constam do **ANEXO I – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO** deste aviso e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado da fase de lances.

6.2. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));

c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)).

d) Lista de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU;



6.2.1. Para a consulta de fornecedores pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” e “d” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>)

6.2.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

6.2.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

6.2.2.1.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

6.2.2.1.2. O fornecedor será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação

6.2.3. Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.3. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos fornecedores será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

6.3.1. É dever do fornecedor atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada.

6.3.2. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

6.4. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Aviso de Contratação Direta e já apresentados, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, após solicitação da Administração, sob pena de inabilitação.

6.5. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

6.6. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

6.7. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.



6.8. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.

6.8.1. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação

6.9. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado

## **7. CONTRATAÇÃO**

7.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

7.2. O adjudicatário terá o prazo de 72 (setenta e duas) horas, contados a partir da data de sua convocação, para aceitar instrumento equivalente, conforme o caso Nota de Empenho/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

7.2.1. O prazo previsto para aceitação da nota de empenho ou instrumento equivalente poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

7.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

7.3.1. Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

7.3.2. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

7.3.3. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/21 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

7.4. O prazo de vigência da contratação é de 60 (sessenta) dias, prorrogável conforme previsão nos anexos a este Aviso de Contratação Direta.

7.5. Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

## **8. SANÇÕES**

8.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

8.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;





- 8.1.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 8.1.3. Dar causa à inexecução total do contrato;
- 8.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 8.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 8.1.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 8.1.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- 8.1.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;
- 8.1.9. Fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 8.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 8.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.
- 8.1.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.
- 8.1.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 8.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- a) Advertência pela falta do subitem 8.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 8.1.1 a 8.1.12;
- c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 8.1.2 a 8.1.7 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 8.1.8 a 8.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;
- 8.3. Na aplicação das sanções serão considerados:



- 8.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;
- 8.3.2. As peculiaridades do caso concreto;
- 8.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 8.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 8.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 8.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- 8.5. A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta é, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.
- 8.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
- 8.7. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.
- 8.8. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 8.9. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 8.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.
- 8.11. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso.

## **09. DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS**

09.1. Em virtude da vigência da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018 – LGPD”), que dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, fica estabelecido que:

09.1.1. A Contratada obriga-se a atuar em conformidade com a legislação vigente sobre Proteção de Dados Pessoais, em especial a Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD),



bem como com as determinações de órgãos reguladores e fiscalizadores da matéria, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

09.1.2. O contrato não transfere a propriedade de quaisquer dados da Contratante ou dos clientes deste para a Contratada.

09.1.3. A Contratada tratará os dados pessoais a que tiver acesso em virtude do contrato apenas para a execução e na medida do necessário para atender as finalidades do objeto contratado.

09.1.4. A Contratante não autoriza a Contratada a usar, compartilhar ou comercializar quaisquer eventuais elementos de dados, que se originem ou sejam criados a partir do tratamento de dados pessoais objeto do Contrato.

09.1.5. A Contratada não poderá, sem autorização e/ou instruções prévias da Contratante, transferir ou, de qualquer outra forma, compartilhar e/ou garantir acesso aos Dados Pessoais ou quaisquer outras informações a terceiros.

09.1.6. A Contratada deverá manter sigilo das operações de tratamento de dados pessoais que realizar em razão do contrato, bem como implementar medidas técnicas e administrativas necessárias para proteger os dados contra a destruição, acidental ou ilícita, a perda, a alteração, a comunicação ou difusão ou o acesso não autorizado, além de garantir que o ambiente (físico ou lógico) utilizado por ela para o tratamento de dados pessoais seja estruturado de forma a atender aos requisitos de segurança, padrões de boas práticas de governança e princípios gerais previstos na legislação e nas demais normas regulamentares aplicáveis.

09.1.7. As obrigações de sigilo e processamento dos dados pessoais impostos à Contratada se estendem a seus prepostos e subcontratados (se autorizado em contrato), garantindo que o acesso aos dados pessoais somente seja concedido às pessoas designadas para executar as atividades descritas no Contrato e que estejam sob obrigação de confidencialidade com relação aos dados pessoais tratados.

09.1.8. A Contratada deverá realizar as atividades de tratamento de dados pessoais decorrentes do contrato segundo as instruções lícitas e documentadas fornecidas pela Contratante; bem como da legislação pertinente à proteção de dados pessoais, sob pena de arcar com as perdas e danos que eventualmente causar à Contratante e a terceiros, sem prejuízo das demais sanções aplicáveis.

09.1.9. A Contratada responderá administrativa e judicialmente, sem prejuízo de eventual reparo a dano patrimonial, moral, individual ou coletivo, que causar a terceiros, em razão do exercício de atividade de tratamento de dados pessoais decorrentes do contrato, por violação à legislação de proteção de dados pessoais, bem como por violação da segurança, nos termos do Parágrafo único do Artigo 44 da LGPD.

09.1.10. A Contratada fica obrigada a garantir a segurança da informação prevista na LGPD, nas normas regulamentares pertinentes e no instrumento contratual, em relação aos dados pessoais, mesmo após o seu término.

09.1.11. A Contratada deverá notificar a Contratante, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sobre exposições ou ameaças em relação à conformidade com a proteção de dados, bem como sobre reclamações e solicitações dos titulares de Dados Pessoais bem como intimações e notificações judiciais ou de outras autoridades públicas, que venha a receber em razão do contrato.



09.1.12. A Contratada se compromete a cooperar e a fornecer à Contratante, no prazo estabelecido, todas as informações relacionadas ao tratamento de dados pessoais que estiverem sob sua custódia em razão do contrato e que sejam necessárias para responder às solicitações ou reclamações feitas com fundamento na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

09.1.13. A Contratada deverá notificar a Contratante, por escrito e imediatamente após tomar ciência do fato, sobre a ocorrência de incidente de segurança envolvendo dados pessoais tratados em razão do contrato. Essa notificação deverá conter, no mínimo:

- a) Data e hora provável do incidente;
- b) Data e hora da ciência pela contratada;
- c) Relação dos tipos de dados afetados pelo incidente;
- d) Número de titulares afetados e demais informações sobre os titulares envolvidos;
- e) Indicação de medidas que estiverem sendo tomadas para reparar o dano e evitar novos incidentes;
- f) Os riscos relacionados ao incidente;
- g) Dados de contato do Encarregado de Proteção de Dados ou outra pessoa junto à qual seja possível obter mais informações sobre o ocorrido;
- h) Os motivos da demora, no caso de a comunicação não ter sido imediata.

09.1.14. A Contratante terá o direito de acompanhar, monitorar, auditar e fiscalizar a conformidade da Contratada com as obrigações de Proteção de Dados Pessoais, sem que isso implique em qualquer diminuição da responsabilidade que a Contratada possui perante a LGPD e o Contrato.

09.1.15. A Contratada arcará com todos os custos, incluindo indenizações e penalidades aplicadas à Contratante por eventuais danos que esta venha a sofrer em decorrência do uso indevido dos dados pessoais por parte da Contratada, sempre que ficar comprovado que houve falha de segurança (técnica e administrativa), descumprimento das regras da lei geral de proteção de dados citadas no contrato, sem prejuízo da aplicação das penalidades do contrato.

09.1.16. A Contratada declara que, caso utilize sistema próprio para armazenamento dos dados fornecidos pela Contratante para execução dos serviços:

- a) Adotará procedimentos e controles, abrangendo, no mínimo, a autenticação, a criptografia, a detecção de intrusão e a prevenção de vazamento de informações e dados recebidos da Contratante para execução do objeto do Contrato;
- b) Realizará testes e varreduras para detecção de vulnerabilidade, mantendo seus sistemas eletrônicos livres de programas maliciosos;
- c) Efetuará a gestão de acessos aos seus sistemas eletrônicos pelos seus prepostos, de forma efetiva, assegurando o cumprimento das obrigações do Contrato e da legislação reguladora;



d) Manterá o registro das operações de tratamento de dados pessoais que realizarem; e) Seguirá os padrões de segurança técnica e procedimentos de segurança das informações testadas e validadas e referendados pelo Contratante por meio do contrato ou em suas Políticas de Governança, de Segurança da Informação e de Privacidade.

## **10. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

10.1. O procedimento será divulgado no Diário Oficial dos Municípios – DOM, na plataforma BLL COMPRAS e no site do Município: [www.abelardoluz.sc.gov.br](http://www.abelardoluz.sc.gov.br).

10.2. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

10.2.1. Republicar o presente aviso com uma nova data;

10.2.2. Valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

10.2.2.1. No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.

10.2.3. Fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

10.3. As providências dos subitens 9.2.1 e 9.2.2 acima poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto).

10.4. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

10.5. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

10.6. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

10.7. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante a fase de lances observarão o horário de Brasília-DF.

10.8. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.





10.9. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

10.10. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

10.11. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.

10.12. Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.

10.13. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

10.13.1. ANEXO I – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO;

10.13.2. ANEXO II - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR E TERMO DE REFERÊNCIA;

10.13.2.1. ANEXO III – MINUTA DE CONTRATO.

Abelardo Luz/SC, 23 de abril de 2025.

**NERCI SANTIN**  
**Prefeito Municipal**



## **ANEXO I – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO**

### **1. Habilitação jurídica:**

1.1 No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

1.2 Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br);

1.3 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

1.4 Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

1.5 No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

1.6 Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;

1.7 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### **2. Regularidade fiscal, social e trabalhista:**

2.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

2.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

2.3 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

2.4 Prova de inexistência de débitos Trabalhistas – CNDT;

2.5 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

2.6 Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;



2.7 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais **ou** municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

**3. Qualificação Econômico-Financeira:**

3.1 Certidão Negativa de Falência, Concordata e Recuperação Judicial expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor (para as Certidões Negativa de Falência, Concordata e Recuperação Judicial do Estado de Santa Catarina estas deverão vir acompanhadas da E-Proc);

**ANEXO II - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR E TERMO DE REFERÊNCIA**

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

**1. Objeto**

Aquisição de Aparelho de Medição de Cloro e pH, Reagente líquido de pH para AK400 Cloro-pH Max, Reagente Líquido para Cloro Livre AK4004 e Serviço de Calibração de aparelho de medição de cloro e pH dos modelos AKLA53950 e AK4004, para as atividades da Vigilância Sanitária, na avaliação e controle de riscos do sistema de abastecimento de água no Município de Abelardo Luz/SC.

**2. Local de Entrega**

Centro de Saúde Ângela Nardino Bertoncello, localizado na Rua Agripino Vargas, N° 303, Saída Araçá, Abelardo Luz/SC.

**3. Contato**

Responsável: Marivane Tereza Verzignassi

E-mail: [saudealmoxarifadoabluz@gmail.com](mailto:saudealmoxarifadoabluz@gmail.com)

Telefone: (49)3445-4208 ramal 1119

**4. Introdução**

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada.

O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade de identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

**5. Descrição da necessidade**

Fundamentação: Descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público. (inciso I do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e art. 7º, inciso I da IN 40/2020).

A aquisição de Aparelho de Medição de Cloro e pH, do Reagente líquido de pH para AK400 Cloro-pH Max, do Reagente Líquido para Cloro Livre AK4004 e de Serviço de Calibração de aparelhos de medição de cloro e pH dos modelos AKLA53950 e AK4004, é essencial para a execução das atividades da Vigilância Sanitária no Município de Abelardo Luz/SC. A Vigilância Sanitária desempenha papel crucial na garantia da saúde pública, sendo uma das suas principais atribuições o monitoramento e controle da qualidade da água distribuída à população. Esse monitoramento visa identificar possíveis riscos à saúde pública, em conformidade com as normas estabelecidas pela legislação sanitária vigente.

O controle da qualidade da água é fundamental para garantir a saúde pública, uma vez que o consumo de água contaminada pode ocasionar sérios problemas sanitários à população. Neste sentido, a aquisição de aparelho de medição de cloro e pH, dos reagentes líquidos específicos para pH e cloro livre, bem como o serviço de calibração dos referidos equipamentos, é imprescindível para o

desempenho adequado das atividades de fiscalização e controle da qualidade da água fornecida à comunidade.

A medição adequada dos parâmetros de cloro e pH na água fornecida pelo sistema de abastecimento é fundamental para garantir que a água consumida pela população esteja dentro dos padrões de potabilidade exigidos pela legislação sanitária e ambiental. A falta de aparelhos precisos e em boas condições para realizar essas medições, ou a ausência de kits reagentes para testes laboratoriais, comprometeria a capacidade da Vigilância Sanitária de realizar o controle efetivo da qualidade da água e de identificar possíveis falhas no sistema de abastecimento.

Esse controle é necessário para evitar surtos de doenças de veiculação hídrica, como gastroenterites e outras infecções, que podem ser causadas por águas contaminadas ou fora dos padrões de qualidade. A manutenção da saúde pública e o atendimento aos princípios de prevenção e segurança sanitária exigem que o município tenha instrumentos adequados para a avaliação e controle contínuo da qualidade da água, de forma a mitigar riscos à população.

A calibração regular dos aparelhos de medição é uma medida essencial para garantir a precisão das medições e, conseqüentemente, a confiabilidade das análises feitas pela Vigilância Sanitária. A qualidade das medições impacta diretamente nas ações corretivas e preventivas que devem ser adotadas, caso haja qualquer variação nos parâmetros de cloro ou pH da água fornecida. Nesse contexto, a contratação de uma solução que inclua não apenas os equipamentos, mas também os serviços de calibração e fornecimento de reagentes, é uma medida imprescindível para a execução das atividades da Vigilância Sanitária, contribuindo para a proteção da saúde coletiva e o cumprimento das exigências sanitárias.

Em conformidade com o disposto no inciso I do § 1º do art. 18 da Lei nº 14.133/2021 e no art. 7º, inciso I da IN 40/2020, a contratação objetiva atender ao interesse público, garantindo a saúde e o bem-estar da população, por meio da aquisição de equipamentos e reagentes que possibilitem a análise eficiente da água consumida pela comunidade. A contratação também visa assegurar que os instrumentos utilizados pela Vigilância Sanitária para a realização dessas análises estejam devidamente calibrados, garantindo a exatidão e a precisão das medições, fundamentais para o controle efetivo da qualidade da água.

Em síntese, a contratação de aparelhos de medição de cloro e pH, reagentes específicos e o serviço de calibração, além de atender à necessidade de garantir a segurança sanitária da população de Abelardo Luz, demonstra a responsabilidade do município em cumprir suas obrigações legais e garantir a continuidade das atividades de fiscalização e controle da qualidade da água.

## **6. Área requisitante**

<b>Área requisitante</b>	<b>Responsável</b>
Secretaria Municipal de Saúde	Marivane Tereza Verznignassi

## **7. Previsão no plano de contratações anual**

Fundamentação: Demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anuais, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração; (inciso II do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21)





Demonstração do alinhamento entre a contratação e o planejamento do órgão ou entidade, identificando a previsão no Plano Anual de Contratações ou, se for o caso, justificando a ausência de previsão; (Art. 7º, inciso IX da IN 40/2020).

O Município de Abelardo Luz encontra-se em transição para a nova Lei de Licitações, e considerando que o município possui menos de 20.000 (vinte mil) habitantes, encontra-se na exceção do art. 176 da Lei nº 14.133/2021.

## **8. Requisitos da Contratação**

Fundamentação: Descrição dos requisitos necessários e suficientes à escolha da solução. (inciso III do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e Art. 7º, inciso II da IN 40/2020).

A aquisição de Aparelho de Medição de Cloro e pH, Reagente Líquido de pH para AK400 Cloro-pH Max, Reagente Líquido para Cloro Livre AK4004 e Serviço de Calibração de Aparelhos de Medição de Cloro e pH deverá atender a requisitos técnicos, legais e operacionais que garantam a qualidade e eficiência dos serviços e produtos adquiridos, em conformidade com as normas sanitárias e ambientais vigentes. Os principais requisitos para a contratação são os seguintes:

O aparelho de medição de cloro e pH deve ser de última geração, com alta precisão nas medições e capaz de atender aos padrões de qualidade exigidos pela legislação sanitária e ambiental para o controle de potabilidade da água. O modelo AK4004 é específico devido à sua capacidade de realizar medições confiáveis e de fácil manuseio.

Os reagentes líquidos para pH (AK400 Cloro-pH Max) e para Cloro Livre (AK4004) devem ser compatíveis com os aparelhos de medição especificados, garantindo resultados precisos e consistentes. Os reagentes devem ser de alta qualidade, com prazo de validade adequado e adequados para o uso em laboratórios e testes de campo. O fornecimento deve ser contínuo e garantir a entrega dentro dos prazos estabelecidos.

A calibração dos aparelhos de medição de cloro e pH deverá ser realizada por empresa especializada, com comprovada experiência e qualificação técnica, conforme normas e procedimentos estabelecidos pela ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) e órgãos reguladores da área de saneamento. O serviço de calibração deve garantir a exatidão e confiabilidade dos equipamentos, conforme especificações dos fabricantes e normas de controle de qualidade da água.

A entrega dos aparelhos de medição, reagentes e a realização dos serviços de calibração deverão ser realizadas no prazo estabelecido no contrato, que deverá ser compatível com as necessidades operacionais da Vigilância Sanitária para garantir a continuidade do monitoramento da qualidade da água no município.

A empresa fornecedora deve oferecer garantia mínima de 12 (doze) meses para os aparelhos de medição, assegurando que qualquer falha de funcionamento será solucionada em tempo hábil, sem comprometer as atividades de fiscalização e controle de qualidade da água.

A contratada deverá fornecer suporte técnico remoto e presencial, conforme necessário, para a resolução de problemas operacionais com os equipamentos ou reagentes, garantindo o perfeito funcionamento durante todo o período de uso.



Todos os equipamentos e reagentes fornecidos devem atender às normas técnicas nacionais e internacionais, incluindo as especificações de qualidade e segurança exigidas pela legislação brasileira para monitoramento de potabilidade da água, como a Portaria de Consolidação nº 5, de 28 de setembro de 2017, do Ministério da Saúde.

A empresa contratada deverá apresentar todos os documentos que comprovem a regularidade fiscal, trabalhista e ambiental, conforme as exigências legais para a prestação de serviços ao setor público, como a Certidão Negativa de Débitos (CND) e o Certificado de Regularidade do FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço).

Esses requisitos são essenciais para garantir que a contratação seja realizada de forma transparente, eficiente e em conformidade com a legislação vigente, atendendo às necessidades da Vigilância Sanitária e, principalmente, assegurando a qualidade da água fornecida à população de Abelardo Luz, em prol da saúde pública e da prevenção de riscos sanitários.

## 9. Estimativa das quantidades

Fundamentação: Estimativa das quantidades a serem contratadas, acompanhada das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, considerando a interdependência com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala (inciso IV do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 7º, inciso V da IN 40/2020).

Item	Objeto	Unidade	Quantidade
1	Aparelho de Medição de Cloro e pH AK400	UN	02
2	Reagente líquido de pH para AK400 Cloro-pH Max. Frasco com 20ml (Quantidade de análises: 100).	UN	05
3	Reagente Líquido para Cloro Livre AK4004 (300 testes)	KIT	02
4	Serviço de Calibração de aparelho de medição de cloro e pH dos modelos AKLA53950 e AK4004	SV	05

## 10. Levantamento de Mercado

Fundamentação: Levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar. (inciso V do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021).

No presente caso trata-se de uma dispensa de licitação, assim foi realizado um levantamento de preços com os serviços e quantidades que serão necessários, que se encontram-se na tabela abaixo:

Item	Empresa	Objeto	Unid.	Quant.	Valor Unit.	Valor total
1	Netlab Equipamentos Para Laboratorios Ltda	Aparelho de Medição de Cloro e pH AK400	UN	02	R\$2.599,35	R\$5.198,70
	Bless Brasil Servico E Comercio De Artigos	Aparelho de Medição de Cloro e pH AK400	UN	02	R\$3.500,00	R\$7.000,00



	Para Saúde Ltda					
	Diomar Bittencourt Dos Santos	Aparelho de Medição de Cloro e pH AK400	UN	02	R\$4.950,00	R\$9.900,00
2	Ballke Produtos Hospitalares Ltda	Reagente líquido de pH para AK400 Cloro-pH Max. Frasco com 20ml (Quantidade de análises: 100).	UN	05	R\$66,00	R\$330,00
	Akso Produtos Eletronicos Ltda	Reagente líquido de pH para AK400 Cloro-pH Max. Frasco com 20ml (Quantidade de análises: 100).	UN	05	R\$70,00	R\$350,00
	Cidicola - Cirurgica Materiais Hospitalares Ltda	Reagente líquido de pH para AK400 Cloro-pH Max. Frasco com 20ml (Quantidade de análises: 100).	UN	05	R\$88,11	R\$440,55
3	Akso Produtos Eletronicos Ltda	Reagente Líquido para Cloro Livre AK4004 (300 testes)	KIT	02	R\$150,00	R\$300,00
	Netlab Equipamentos Para Laboratorios Ltda	Reagente Líquido para Cloro Livre AK4004 (300 testes)	KIT	02	R\$218,40	R\$436,80
	G Gotuzzo E Cia Ltda	Reagente Líquido para Cloro Livre AK4004 (300 testes)	KIT	02	R\$250,00	R\$500,00
4	Akso Produtos Eletronicos Ltda	Serviço de Calibração de aparelho de medição de cloro e pH dos modelos AKLA53950 e AK4004	SV	05	R\$160,50	R\$802,50
	Eppendorf Do Brasil Ltda	Serviço de Calibração de aparelho de medição de cloro e pH dos modelos AKLA53950 e AK4004	SV	05	R\$180,00	R\$900,00
	Rsl Cientifica Comercio De Equipamentos E Servicos Ltda	Serviço de Calibração de aparelho de medição de cloro e pH dos modelos AKLA53950 e AK4004	SV	05	R\$200,00	R\$1.000,00
<b>Valor total utilizando o menor valor de cada item R\$6.631,20</b>						

**Obs: Os itens devem ser semelhantes a imagem abaixo.**



Foi realizada a pesquisa de preço em banco oficial (<https://www.bancodeprecos.com.br/Account/Access>) conforme relatório de orçamentos em anexo e com fornecedor local.

Ainda, na busca pelo valor final desta contratação, foi fundamental priorizar o menor custo viável, uma vez que atenda plenamente às necessidades do local. Tal abordagem é respaldada pelo princípio da economicidade, que visa assegurar a eficiente utilização dos recursos públicos.

Optar pelo menor valor compatível com as exigências do projeto não apenas garante a otimização dos recursos financeiros, mas também promove a transparência e a responsabilidade na gestão dos investimentos públicos.

## **11. Estimativa do preço da contratação**

Fundamentação: Estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação (inciso VI do § 1º da Lei 14.133/21 e art. 7º, inciso VI da IN 40/2020).

A estimativa de preço para a contratação, utilizando o menor valor, é R\$6.631,20 (seis mil seiscentos e trinta e um reais e vinte centavos).

## **12. Descrição da solução como um todo**

Fundamentação: Descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso. (inciso VII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 7º, inciso IV da IN 40/2020).

A solução proposta para atender à necessidade de monitoramento e controle da qualidade da água no Município de Abelardo Luz/SC contempla a aquisição de Aparelho de Medição de Cloro e pH, Reagentes Líquidos para pH e Cloro Livre, e o Serviço de Calibração dos aparelhos de medição. Esta solução visa aprimorar as atividades da Vigilância Sanitária, garantindo que a água fornecida à população esteja dentro dos padrões exigidos pela legislação sanitária e ambiental, promovendo a saúde pública e prevenindo riscos à saúde devido à ingestão de água contaminada.



A aquisição dos aparelhos de medição de cloro e pH, modelos AKLA53950 e AK4004, permitirá à Vigilância Sanitária a realização de medições precisas e confiáveis dos parâmetros de cloro residual e pH, essenciais para o controle da potabilidade da água. A medição adequada desses parâmetros assegura que a água distribuída pela rede pública de abastecimento tenha a quantidade de cloro suficiente para desinfetar possíveis contaminantes, além de manter o pH dentro dos limites ideais para o consumo humano, prevenindo riscos à saúde e danos ao sistema de abastecimento.

Os reagentes líquidos de pH para AK400 Cloro-pH Max e para Cloro Livre AK4004 são componentes indispensáveis para a realização dos testes laboratoriais e de campo. Eles garantem a precisão dos resultados das medições realizadas, permitindo à Vigilância Sanitária analisar a qualidade da água com alta confiabilidade, conforme as diretrizes do Ministério da Saúde e outros órgãos reguladores.

A manutenção regular da calibração dos aparelhos de medição de cloro e pH é um componente fundamental da solução. A calibração periódica assegura que os instrumentos de medição forneçam resultados precisos e consistentes ao longo do tempo. Isso é essencial para evitar falhas na detecção de problemas no abastecimento de água e garantir que qualquer desvio nos parâmetros de qualidade seja identificado prontamente, possibilitando a adoção de medidas corretivas.

O Serviço de Calibração será realizado por empresa especializada, garantindo que os equipamentos permaneçam dentro das especificações de fábrica e atendam às normas e regulamentos pertinentes. Esse serviço é indispensável para garantir que os aparelhos não apresentem erros ou imprecisões durante o processo de medição, proporcionando segurança e confiabilidade para as ações da Vigilância Sanitária.

A solução como um todo tem como objetivo fortalecer o sistema de vigilância sanitária e o controle da qualidade da água, garantindo à população de Abelardo Luz o fornecimento de água potável, segura e em conformidade com os padrões de qualidade exigidos por lei. Além disso, esta solução contribui para a prevenção de doenças veiculadas pela água, como gastroenterites e outras infecções, que podem surgir devido ao consumo de água contaminada.

A contratação desses equipamentos e serviços é, portanto, essencial para a continuidade das atividades da Vigilância Sanitária, pois proporciona as ferramentas necessárias para a identificação precoce de falhas no sistema de abastecimento e para a adoção de ações corretivas eficazes, minimizando riscos à saúde da população e promovendo um ambiente saudável e seguro para todos.

### **13. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução**

Fundamentação: Justificativas para o parcelamento ou não da solução. (inciso VIII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 7º, inciso VII da IN 40/2020).

A licitação dividida por itens permite atrair mais interessados ao certame.

### **14. Demonstrativo dos resultados pretendidos**

Fundamentação: Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis; (inciso IX do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21)

Resultados pretendidos, em termos de efetividade e de desenvolvimento nacional sustentável; (Art. 7º, inciso X da IN 40/2020).





A implementação da solução proposta, composta pela aquisição de Aparelho de Medição de Cloro e pH, Reagentes Líquidos para pH e Cloro Livre, e o Serviço de Calibração dos aparelhos de medição, visa a obtenção de resultados concretos e mensuráveis, que contribuirão significativamente para a qualidade da água fornecida à população de Abelardo Luz/SC e para a proteção da saúde pública.

A medição precisa dos parâmetros de cloro residual e pH permitirá um controle rigoroso sobre a potabilidade da água, garantindo que o abastecimento de água esteja dentro dos parâmetros exigidos pela legislação sanitária e ambiental. A presença adequada de cloro e o pH equilibrado da água são fundamentais para prevenir contaminações e evitar doenças veiculadas pela água, como gastroenterites e infecções intestinais.

A constante vigilância e o monitoramento dos níveis de cloro e pH possibilitarão a identificação precoce de qualquer falha no sistema de tratamento de água, como a falta de desinfecção ou desequilíbrio no pH, o que poderia comprometer a segurança do abastecimento. Com isso, será possível adotar medidas corretivas de forma tempestiva, evitando surtos de doenças de veiculação hídrica e outros riscos à saúde pública.

Com a calibração regular dos aparelhos de medição, será assegurada a precisão das medições, o que aumentará a confiabilidade dos resultados obtidos pela Vigilância Sanitária. A confiança nas medições realizadas será um fator crucial para fundamentar as decisões tomadas, como a necessidade de intervenção no sistema de abastecimento ou a adoção de medidas sanitárias corretivas.

A contratação estará alinhada com as exigências legais e regulatórias, como as normativas do Ministério da Saúde, da ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) e da legislação ambiental vigente. Com isso, o município cumprirá suas obrigações legais de garantir água potável e de qualidade para a população, além de evitar penalidades decorrentes do descumprimento dessas normas.

A aquisição de equipamentos modernos e a implementação de processos de calibração regulares contribuirão para uma gestão pública mais eficiente e transparente, permitindo a realização de ações fundamentadas em dados precisos e confiáveis. Isso aumentará a credibilidade da Vigilância Sanitária junto à população e aos órgãos de controle, reforçando o compromisso do município com a saúde pública e a gestão responsável dos recursos públicos.

Em resumo, os resultados pretendidos com a contratação dessa solução visam garantir o fornecimento de água segura, proteger a saúde da população e assegurar que a Vigilância Sanitária tenha as ferramentas necessárias para o monitoramento eficiente da qualidade da água, cumprindo sua função essencial de garantir o bem-estar coletivo e a prevenção de riscos sanitários. Esses resultados contribuirão para uma gestão pública mais eficaz, transparente e comprometida com a saúde da comunidade de Abelardo Luz.

## **15. Providências prévias ao contrato**

Fundamentação: Providências a serem adotadas pela administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual ou adequação do ambiente da organização; (inciso X do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 7º, inciso XI da IN 40/2020).



Desenvolver um Termo de Referência que descreva de maneira clara e objetiva os requisitos técnicos, operacionais e legais necessários para a contratação. Esse documento servirá como base para o edital de licitação.

Realizar uma análise detalhada da viabilidade orçamentária para garantir que os recursos financeiros necessários para a contratação estejam disponíveis e alinhados com as diretrizes orçamentárias do município.

Realizar a publicação do edital de licitação em meios de comunicação oficiais, conforme as normas estabelecidas na legislação vigente, garantindo a ampla divulgação e a participação de interessados.

#### **16. Contratações correlatas/interdependentes**

Fundamentação: Contratações correlatas e/ou interdependentes (inciso XI do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 7º, inciso VIII da IN 40/2020).

Não se aplica.

#### **17. Possíveis Impactos Ambientais**

Fundamentação: Descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável. (inciso XII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21).

Possíveis impactos ambientais e respectivas medidas de tratamento. (Art. 7º, inciso XII da IN 40/2020).

A aquisição de Aparelho de Medição de Cloro e pH, Reagentes Líquidos para pH e Cloro Livre, e o Serviço de Calibração dos equipamentos, embora essencial para garantir a qualidade da água e proteger a saúde pública, pode gerar alguns impactos ambientais que precisam ser considerados e gerenciados de forma adequada. Abaixo estão os principais impactos ambientais que podem estar associados a essa contratação:

A utilização de reagentes líquidos, como o pH para AK400 Cloro-pH Max e Cloro Livre AK4004, pode gerar resíduos químicos, especialmente quando utilizados em grande quantidade para testes laboratoriais ou de campo. Estes resíduos precisam ser adequadamente descartados, para evitar a contaminação do solo e da água, de acordo com as normas de gestão de resíduos químicos e contaminação ambiental.

O uso inadequado de produtos químicos no processo de medição e calibração pode gerar riscos de contaminação da água e do solo, caso haja vazamentos ou descarte incorreto de substâncias. A manipulação dos reagentes deve ser feita com cuidado e as normas de segurança devem ser rigorosamente seguidas para prevenir acidentes e a liberação de substâncias químicas nocivas ao meio ambiente.

No caso de descarte inadequado de equipamentos obsoletos ou reagentes vencidos, podem ocorrer impactos ambientais negativos, como a contaminação do solo e da água devido à presença de substâncias tóxicas nos materiais descartados. A empresa contratada deve assegurar o correto destino ambiental desses itens, promovendo a reciclagem, reutilização ou descarte controlado.



Para minimizar os impactos ambientais mencionados, algumas ações e estratégias podem ser adotadas:

A empresa contratada deverá garantir que todos os resíduos gerados durante a operação, como frascos de reagentes vazios e resíduos químicos, sejam descartados conforme a norma ABNT NBR 10.004 e legislação ambiental pertinente, com a utilização de sistemas de armazenamento temporário adequados e destinação final correta.

Sempre que possível, a escolha de reagentes e equipamentos deve priorizar produtos de baixo impacto ambiental, como aqueles com embalagens recicláveis ou que sigam processos de produção sustentável.

A aquisição pode exigir da empresa fornecedora a apresentação de um plano de manejo ambiental, para garantir o cumprimento das práticas sustentáveis durante a execução dos serviços e fornecimento dos produtos.

Ao adotar essas medidas, é possível mitigar os impactos ambientais decorrentes dessa contratação, garantindo que a solução implementada para a melhoria da qualidade da água no Município de Abelardo Luz seja ambientalmente responsável e sustentável.

## **18. Declaração de Viabilidade**

Declaro Viável a Contratação.

### **18.1. Justificativa da Viabilidade**

Fundamentação: Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina. (inciso XIII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21).

Posicionamento conclusivo sobre a viabilidade e razoabilidade da contratação. (Art. 7º, inciso XIII da IN 40/2020).

Após a análise detalhada das necessidades e dos requisitos para o atendimento da Vigilância Sanitária no Município de Abelardo Luz/SC, é possível concluir pela viabilidade da contratação dos aparelhos de medição de cloro e pH, reagentes líquidos específicos e do serviço de calibração. O processo de análise envolveu a consideração de diversos aspectos, incluindo a importância da solução para a saúde pública, a adequação das especificações para atender às exigências legais, os impactos ambientais e as condições de execução do serviço. A seguir, apresentamos os principais elementos que fundamentaram este posicionamento favorável à contratação:

O objetivo principal da contratação é garantir a qualidade da água fornecida à população, um fator essencial para a proteção da saúde pública. A medição precisa de cloro residual e pH é imprescindível para a detecção de falhas no tratamento da água e para a identificação precoce de riscos sanitários, como doenças de veiculação hídrica. A contratação atende diretamente à necessidade de manter a potabilidade da água, conforme exigido pela legislação sanitária e ambiental, promovendo assim o bem-estar da comunidade.

A escolha do aparelho de medição AK4004, juntamente com os reagentes líquidos específicos e o serviço de calibração, assegura que o equipamento a ser adquirido atende às necessidades técnicas da Vigilância Sanitária. Esses dispositivos e reagentes estão em conformidade com os requisitos exigidos para realizar as medições de forma eficiente, precisa e conforme os parâmetros exigidos pela norma de



potabilidade da água. A calibração periódica garantirá a manutenção da precisão dos aparelhos, fundamental para a confiabilidade das análises.

A contratação está em total consonância com as normas legais e os princípios que regem a Administração Pública, em especial a Lei 14.133/2021 e a IN 40/2020, que orientam os processos de contratação pública, assegurando que o procedimento seja transparente, eficiente e atenda ao interesse público. Além disso, a contratação está alinhada ao cumprimento das exigências da Vigilância Sanitária, garantindo que o Município atenda às responsabilidades legais em relação ao controle da qualidade da água.

Embora haja alguns impactos ambientais associados, como a geração de resíduos químicos e emissões durante o transporte, a análise incluiu a adoção de medidas mitigadoras para minimizar esses efeitos. A implementação de práticas sustentáveis, como o descarte correto de resíduos e a escolha de fornecedores que sigam padrões ambientais, ajudará a reduzir os impactos negativos. A contratação também incluirá a garantia de calibração adequada e descarte responsável de equipamentos obsoletos, o que contribui para a sustentabilidade da solução.

A aquisição do equipamento e reagentes, assim como a calibração regular, melhorará significativamente a capacidade da Vigilância Sanitária de realizar análises e intervenções rápidas no sistema de abastecimento de água. Isso trará maior eficiência nas ações de controle e monitoramento contínuo da qualidade da água, aumentando a confiança da população no serviço de abastecimento e prevenindo a ocorrência de surtos de doenças.

Portanto, considerando os benefícios para a saúde pública, a adequação técnica, a conformidade legal e a mitigação dos impactos ambientais, concluímos que a contratação é viável e essencial para atender à necessidade de controle e monitoramento da qualidade da água no Município de Abelardo Luz. A implementação dessa solução trará resultados positivos para a segurança sanitária da população e para a eficiência do serviço prestado pela Vigilância Sanitária, fortalecendo a gestão pública e garantindo a saúde coletiva. Assim, a contratação está plenamente justificada e alinhada aos princípios da administração pública, sendo essencial para a proteção e promoção do bem-estar da comunidade.

## **19. Responsável**

Abelardo Luz/SC, 09 de abril de 2025.

Marivane Tereza Verzignassi  
Secretária Municipal de Saúde

**TERMO DE REFERÊNCIA**  
**Processo Administrativo nº 080/2025**

**1. DO OBJETO**

1.1 Aquisição de Aparelho de Medição de Cloro e pH, Reagente líquido de pH para AK400 Cloro-pH Max, Reagente Líquido para Cloro Livre AK4004 e Serviço de Calibração de aparelho de medição de cloro e pH dos modelos AKLA53950 e AK4004, para as atividades da Vigilância Sanitária, na avaliação e controle de riscos do sistema de abastecimento de água no Município de Abelardo Luz/SC.

1.2 A presente licitação trata-se de uma dispensa.

Item	Objeto	Unid.	Quant.	Valor Unit.	Valor total
1	Aparelho de Medição de Cloro e pH AK400	UN	02	R\$2.599,35	R\$5.198,70
2	Reagente líquido de pH para AK400 Cloro-pH Max. Frasco com 20ml (Quantidade de análises: 100).	UN	05	R\$66,00	R\$330,00
3	Reagente Líquido para Cloro Livre AK4004 (300 testes)	KIT	02	R\$150,00	R\$300,00
4	Serviço de Calibração de aparelho de medição de cloro e pH dos modelos AKLA53950 e AK4004	SV	05	R\$160,50	R\$802,50
Valor total R\$ 6.631,20					

**Obs: Obs: Os itens devem ser semelhantes a imagem abaixo.**



1.3 A estimativa de preço para a contratação, utilizando o menor valor, é R\$6.631,20 (seis mil seiscentos e trinta e um reais e vinte centavos).

**2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO**

2.1 A aquisição de Aparelho de Medição de Cloro e pH, do Reagente líquido de pH para AK400 Cloro-pH Max, do Reagente Líquido para Cloro Livre AK4004 e de Serviço de Calibração de





aparelhos de medição de cloro e pH dos modelos AKLA53950 e AK4004, é essencial para a execução das atividades da Vigilância Sanitária no Município de Abelardo Luz/SC. A Vigilância Sanitária desempenha papel crucial na garantia da saúde pública, sendo uma das suas principais atribuições o monitoramento e controle da qualidade da água distribuída à população. Esse monitoramento visa identificar possíveis riscos à saúde pública, em conformidade com as normas estabelecidas pela legislação sanitária vigente.

2.2 O controle da qualidade da água é fundamental para garantir a saúde pública, uma vez que o consumo de água contaminada pode ocasionar sérios problemas sanitários à população. Neste sentido, a aquisição de aparelho de medição de cloro e pH, dos reagentes líquidos específicos para pH e cloro livre, bem como o serviço de calibração dos referidos equipamentos, é imprescindível para o desempenho adequado das atividades de fiscalização e controle da qualidade da água fornecida à comunidade.

2.3 A medição adequada dos parâmetros de cloro e pH na água fornecida pelo sistema de abastecimento é fundamental para garantir que a água consumida pela população esteja dentro dos padrões de potabilidade exigidos pela legislação sanitária e ambiental. A falta de aparelhos precisos e em boas condições para realizar essas medições, ou a ausência de kits reagentes para testes laboratoriais, comprometeria a capacidade da Vigilância Sanitária de realizar o controle efetivo da qualidade da água e de identificar possíveis falhas no sistema de abastecimento.

2.4 Esse controle é necessário para evitar surtos de doenças de veiculação hídrica, como gastroenterites e outras infecções, que podem ser causadas por águas contaminadas ou fora dos padrões de qualidade. A manutenção da saúde pública e o atendimento aos princípios de prevenção e segurança sanitária exigem que o município tenha instrumentos adequados para a avaliação e controle contínuo da qualidade da água, de forma a mitigar riscos à população.

2.5 A calibração regular dos aparelhos de medição é uma medida essencial para garantir a precisão das medições e, conseqüentemente, a confiabilidade das análises feitas pela Vigilância Sanitária. A qualidade das medições impacta diretamente nas ações corretivas e preventivas que devem ser adotadas, caso haja qualquer variação nos parâmetros de cloro ou pH da água fornecida. Nesse contexto, a contratação de uma solução que inclua não apenas os equipamentos, mas também os serviços de calibração e fornecimento de reagentes, é uma medida imprescindível para a execução das atividades da Vigilância Sanitária, contribuindo para a proteção da saúde coletiva e o cumprimento das exigências sanitárias.

2.6 Em conformidade com o disposto no inciso I do § 1º do art. 18 da Lei nº 14.133/2021 e no art. 7º, inciso I da IN 40/2020, a contratação objetiva atender ao interesse público, garantindo a saúde e o bem-estar da população, por meio da aquisição de equipamentos e reagentes que possibilitem a análise eficiente da água consumida pela comunidade. A contratação também visa assegurar que os instrumentos utilizados pela Vigilância Sanitária para a realização dessas análises estejam devidamente calibrados, garantindo a exatidão e a precisão das medições, fundamentais para o controle efetivo da qualidade da água.

2.7 Em síntese, a contratação de aparelhos de medição de cloro e pH, reagentes específicos e o serviço de calibração, além de atender à necessidade de garantir a segurança sanitária da população de Abelardo Luz, demonstra a responsabilidade do município em cumprir suas obrigações legais e garantir a continuidade das atividades de fiscalização e controle da qualidade da água.



### **3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS/SERVIÇOS COMUNS**

3.1 Consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos do art. 6º, XIII, da Lei nº 14.133/2021, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos no Termo de Referência, por meio de especificações usuais no Mercado.

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

XIII - bens e serviços comuns: aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado;

3.2 A aquisição de aparelho de medição de cloro e pH, reagentes líquidos e serviço de calibração é considerada um serviço comum por atender a características específicas definidas pela Lei nº 14.133/2021. A classificação de serviços como "comuns" implica que são de execução padronizada, com especificações técnicas bem definidas e de fácil avaliação, o que torna a contratação mais direta, sem a necessidade de um processo de avaliação altamente complexo ou subjetivo. A seguir, estão os motivos que justificam essa classificação:

3.3 Os aparelhos de medição de cloro e pH, os reagentes e o serviço de calibração são produtos e serviços amplamente utilizados por órgãos de saúde pública, como as Vigilâncias Sanitárias, e possuem especificações técnicas bem definidas no mercado. Esses equipamentos são facilmente encontrados em fornecedores especializados, com um mercado que oferece alternativas de modelos, todos com funcionalidades similares. A padronização dos itens torna o serviço comum, pois a qualidade e as características técnicas dos produtos são uniformes e facilmente identificáveis.

3.4 A execução do serviço de calibração e fornecimento dos equipamentos é realizada com base em normas e especificações técnicas claras. Os aparelhos de medição de cloro e pH, bem como os reagentes, possuem requisitos padrões em termos de precisão, qualidade e durabilidade, que são facilmente avaliáveis no momento da compra e uso. A calibração, por sua vez, segue um procedimento técnico simples, já estabelecido pela indústria e por órgãos regulamentadores, tornando o processo de execução do serviço bem compreendido e sem a necessidade de soluções personalizadas.

3.5 O desempenho do serviço de calibração e a qualidade das medições fornecidas pelos aparelhos de medição são objetivos e mensuráveis. O controle de cloro e pH da água, por exemplo, possui parâmetros muito bem definidos, e a verificação da qualidade pode ser feita de maneira simples por meio de testes de conformidade, sem necessidade de maior interpretação subjetiva. Isso significa que a avaliação da execução é direta e fácil de ser realizada.

3.6 Este tipo de serviço, como o fornecimento de reagentes e equipamentos de medição, é comum no mercado, e há diversos fornecedores capacitados que podem realizar a entrega e execução do serviço, o que caracteriza o tipo de contratação como serviço comum. Isso significa que o mercado oferece diversas alternativas para a contratação, o que facilita o processo licitatório e torna a contratação de serviços comuns mais ágil.

3.7 Em resumo, essa contratação se configura como um serviço comum porque envolve produtos e serviços amplamente disponíveis no mercado, com especificações bem definidas, de fácil avaliação quanto à sua execução, e cujos resultados podem ser verificados de forma objetiva e padronizada. Dessa forma, é possível assegurar que a contratação ocorrerá de maneira eficiente, sem a necessidade



de personalização ou soluções inovadoras, o que caracteriza um serviço comum conforme a Lei nº 14.133/2021.

#### **4. DOS PRAZOS PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

4.1 Até 30 (trinta) dias corridos após a autorização de fornecimento.

#### **5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

5.1 Nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do Contrato para acompanhar e fiscalizar sua execução;

5.2 Aplicar à CONTRATADA as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis caso se faça necessário;

5.3 Liquidar o empenho e efetuar o pagamento à CONTRATADA, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato;

#### **6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

6.1 A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

6.2 Comunicar o CONTRATANTE acerca de quaisquer irregularidades e/ou infrações disciplinares cometidas.

6.3 Atender prontamente quaisquer orientações e exigências do fiscal do contrato, inerentes à execução do serviço contratual.

6.4 Tomar todas as providências necessárias à fiel execução dos serviços do Contrato;

6.5 Promover todas as ações para a boa execução e eficiência do objeto contratado, principalmente no cumprimento de todas as normas e exigências legais de qualidade e segurança.

6.6 O aparelho de medição de cloro e pH deve ser de última geração, com alta precisão nas medições e capaz de atender aos padrões de qualidade exigidos pela legislação sanitária e ambiental para o controle de potabilidade da água. O modelo AK4004 é específico devido à sua capacidade de realizar medições confiáveis e de fácil manuseio.

6.7 Os reagentes líquidos para pH (AK400 Cloro-pH Max) e para Cloro Livre (AK4004) devem ser compatíveis com os aparelhos de medição especificados, garantindo resultados precisos e consistentes. Os reagentes devem ser de alta qualidade, com prazo de validade adequado e adequados para o uso em laboratórios e testes de campo. O fornecimento deve ser contínuo e garantir a entrega dentro dos prazos estabelecidos.

6.8 A calibração dos aparelhos de medição de cloro e pH deverá ser realizada por empresa especializada, com comprovada experiência e qualificação técnica, conforme normas e procedimentos estabelecidos pela ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) e órgãos reguladores da área de



saneamento. O serviço de calibração deve garantir a exatidão e confiabilidade dos equipamentos, conforme especificações dos fabricantes e normas de controle de qualidade da água.

6.9 A entrega dos aparelhos de medição, reagentes e a realização dos serviços de calibração deverão ser realizadas no prazo estabelecido no contrato, que deverá ser compatível com as necessidades operacionais da Vigilância Sanitária para garantir a continuidade do monitoramento da qualidade da água no município.

6.10 A empresa fornecedora deve oferecer garantia mínima de 12 (doze) meses para os aparelhos de medição, assegurando que qualquer falha de funcionamento será solucionada em tempo hábil, sem comprometer as atividades de fiscalização e controle de qualidade da água.

6.11 A contratada deverá fornecer suporte técnico remoto e presencial, conforme necessário, para a resolução de problemas operacionais com os equipamentos ou reagentes, garantindo o perfeito funcionamento durante todo o período de uso.

6.12 Todos os equipamentos e reagentes fornecidos devem atender às normas técnicas nacionais e internacionais, incluindo as especificações de qualidade e segurança exigidas pela legislação brasileira para monitoramento de potabilidade da água, como a Portaria de Consolidação nº 5, de 28 de setembro de 2017, do Ministério da Saúde.

6.13 A empresa contratada deverá apresentar todos os documentos que comprovem a regularidade fiscal, trabalhista e ambiental, conforme as exigências legais para a prestação de serviços ao setor público, como a Certidão Negativa de Débitos (CND) e o Certificado de Regularidade do FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço).

6.14 Esses requisitos são essenciais para garantir que a contratação seja realizada de forma transparente, eficiente e em conformidade com a legislação vigente, atendendo às necessidades da Vigilância Sanitária e, principalmente, assegurando a qualidade da água fornecida à população de Abelardo Luz, em prol da saúde pública e da prevenção de riscos sanitários.

## **7. DA SUBCONTRATAÇÃO**

7.1 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

## **8. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**

8.1 Nos termos do art. 117 da Lei 14.133/2021, será designado um representante pela Administração Municipal de Abelardo Luz para desempenhar o papel de fiscal durante a execução do contrato, para a função indica-se o servidor Eder Girardi (Secretaria Municipal de Saúde). Este representante terá a responsabilidade de acompanhar o procedimento, fiscalizar a execução do contrato e registrar todas as ocorrências relevantes em um documento próprio.

8.2 Caberá ao fiscal do contrato, dentre outras atribuições, determinar providências necessárias ao regular e efetivo cumprimento contratual, bem como anotar e enquadrar as infrações contratuais constatadas, comunicando as mesmas ao seu superior hierárquico.

## **9. DO PAGAMENTO**

9.1 A Prefeitura de Abelardo Luz efetuará o pagamento do objeto desta licitação 30 dias após a data de





apresentação das respectivas notas fiscais, devidamente atestadas pelos servidores responsáveis.

9.2 As despesas decorrentes da aquisição do objeto da presente Licitação correrão por conta das dotações específicas previstas na Secretaria Municipal de Saúde, na Lei Orçamentária Anual para o exercício financeiro de 2025.

9.2.1 Dotação da Secretaria Municipal de Saúde: 2-12000-12001-10-301-1001-2.47 Despesa 165 3.3.90.00.00 exercício financeiro de 2025.

## **10. DO REAJUSTE**

10.1 Os preços são fixos e irreajustáveis.

## **11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

11.1 Comete infração administrativa nos termos do artigo 155, da Lei nº 14.133/2021, a Contratada que:

11.2 Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

11.3 Dar causa à inexecução total do contrato;

11.4 Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

11.5 Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

11.6 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.7 Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

11.8 Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

11.9 Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

11.10 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

11.11 Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

11.12 Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.13 Pela inexecução total ou parcial do serviço, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as sanções previstas no artigo 156, da Lei nº 14.133/2021 e demais:

11.14 Advertência;

11.15 Multa moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

11.16 Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do serviço, no caso de inexecução total do objeto;





11.17 Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

11.18 Impedimento de licitar e contratar;

11.19 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;

11.20 Também ficam sujeitas às penalidades do art. 156 da Lei 14.133/2021, as empresas ou profissionais que:

11.21 Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

11.22 Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

11.23 Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

11.24 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

11.25 As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhido sem favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

11.26 Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

11.27 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

11.28 Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias dos processos administrativos necessários à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização –PAR.

11.29 A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

Abelardo Luz/SC, 10 de abril de 2025.

**Camila Kanandra de Andrade**  
**Coordenadora Administrativa**



**DESPACHO DO ORDENADOR DE DESPESAS**

O documento apresentado descreve de maneira adequada o planejamento da contratação, sendo inviável a competição pois somente a instituição contratada atende as necessidades da administração, também possui critérios de aceitação do objeto, deveres do Licitante e da Administração, procedimentos de fiscalização e gerenciamento, prazos e a possibilidade de sanções administrativas, de forma clara, concisa e objetiva.

Dessa forma, como definido no artigo 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, aprovo o presente Termo de Referência.

Abelardo Luz/SC, 23 de abril de 2025.

---

**Nerci Santin**  
**Prefeito Municipal**



**ANEXO III – MINUTA DE CONTRATO**

**CONTRATO Nº xxxx/2025**

**DISPENSA ELETRÔNICA Nº xxxx/2025**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº xxxxx/2025**

O **Município de Abelardo Luz - SC**, com sede junto a Prefeitura Municipal de Abelardo Luz, na Av. Pe. João de Smedt, 1.605 – CEP: 89.830-000 – Abelardo Luz – SC, Centro, sob o CNPJ n.º 83.009.886/0001-61, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **NERCI SANTIN**, portador do CPF nº 075.655.939-15 e a empresa **XXXXXXXXXX**, inscrita no CNPJ nº **XXXXXX**, neste contrato representada pela Senhora **XXXXXX**, portadora do CPF nº **XXXXXX**, RESOLVEM contratar o objeto do Edital em referência, nos termos da Lei Federal nº 14.133/21, Decreto Municipal nº 737/2023, das demais normas legais aplicáveis, na seguinte forma:

A empresa passará a ser denominada detentora do Contrato após a assinatura deste.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO, PREÇOS E QUANTIDADES**

1.1 - O presente contrato tem por objeto a contratação de xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx. Conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DO CONTRATO**

2.1 - O presente contrato terá validade a partir de sua assinatura e perdurará pelo prazo de xxxx (xxxx) meses.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO**

3.1 - Os preços, durante a vigência do contrato, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista no art.124 da Lei 14.133/2021.

**CLÁUSULA QUARTA – DA SUBCONTRATAÇÃO**

4.1 - É vedada a subcontratação total do objeto do contrato, bem como dos serviços principais, ou seja, os considerados para efeito de atestação da capacidade técnico-operacional e técnico profissional como relevantes.

**CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:**

5.1 - Constituem obrigações da CONTRATADA:

I – Dispor do objeto do presente contrato, na sede do Município, sempre no tempo exato que o CONTRATANTE necessitar;

II – Promover todas as ações para a boa execução e eficiência do objeto contratado, principalmente no cumprimento de todas as normas e exigências legais de segurança;

III – Dispor, de imediato, as quantidades integrais especificadas nas requisições, ou mediante autorização de servidor público responsável;



IV – É de obrigação da CONTRATADA o pagamento de tributos que incidirem sobre o objeto contratado, em qualquer esfera;

V – São de inteira responsabilidade da CONTRATADA as obrigações trabalhistas decorrentes da execução do presente, incluídas as sociais, bem como todas as obrigações tributárias e acessórias decorrentes do cumprimento do Contrato;

VI – A CONTRATADA responsabiliza-se pelo pessoal necessário para a execução do presente, despesas decorrentes de salários, seguros, transportes, manutenção da estrutura e demais encargos, impostos e as obrigações sociais para a manutenção de seus empregados ou prepostos, inclusive perante a justiça do trabalho;

VII – Arcar com eventuais prejuízos causados ao CONTRATANTE e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas por seus empregados, filiadas ou prepostas, na prestação dos serviços contratados;

VIII – Pela emissão da Nota Fiscal e impostos sobre a mesma;

IX – Permitir que os prepostos do CONTRATANTE inspecionem a qualquer hora e tempo o andamento do objeto contratado;

X – Fornecer ao CONTRATANTE sempre que solicitadas informações e/ou esclarecimentos necessários;

XI – Cumprir e fazer cumprir as demais cláusulas e condições previstas no presente contrato;

XII – Executar o objeto de modo plenamente satisfatório e de acordo com as determinações do Município;

XIII – Manter durante todo o prazo de vigência contratual, as condições da habilitação e qualificação compatíveis com a obrigação assumida;

XIV – Entregar os produtos, objeto do presente Contrato, mediante requisição, nos locais determinados pelo CONTRATANTE.

#### **CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:**

##### **6.1 - Constituem obrigações do CONTRATANTE:**

I – Apresentar requisição, indicando o fornecimento ou a aquisição e o local para entrega, quando necessário;

II – Promover através de seu representante, o acompanhamento e fiscalização dos produtos ou serviços fornecidos ou adquiridos, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando para a CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte daquela, ficando nomeado o Sr. XXXXXXXXXXXXXXXX fiscal do presente contrato;

III – Cumprir as obrigações econômico-financeiras previstas nas cláusulas Primeira e Terceira da presente;



IV – Esclarecer as dúvidas que lhe forem apresentadas;

V – Cumprir e fazer cumprir o disposto nas cláusulas deste contrato.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO**

7.1 - A Prefeitura de Abelardo Luz efetuará o pagamento do objeto desta licitação no prazo de até 30 (trinta) dias após a data de apresentação das respectivas notas fiscais, devidamente atestadas pelos servidores responsáveis pelo recebimento dos materiais.

7.2 - As despesas decorrentes da aquisição do objeto da presente Licitação correrão por conta das dotações específicas da(s) Secretaria(s) xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx previstas na Lei Orçamentária Anual para o exercício financeiro de 2025.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

8.1 - O licitante e a contratada que incorram nas infrações previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, apuradas em regular processo administrativo, sujeitam-se às sanções previstas no art. 156 da mesma Lei.

8.2 - A aplicação das sanções pelo cometimento de infração será precedida do devido processo administrativo, com garantia de contraditório e da ampla defesa.

8.2.1- A sanção de advertência será aplicada nas seguintes hipóteses:

I - Descumprimento, de pequena relevância, de obrigação legal ou infração à Lei quando não se justificar aplicação de sanção mais grave;

II - Inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória de pequena relevância, a critério da Administração, quando não se justificar aplicação de sanção mais grave.

8.2.2. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, àquele que:

a) Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

b) Dar causa à inexecução total do contrato;

c) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

d) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

e) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

f) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

8.3 Considera-se inexecução total do contrato:





- a) Recusa injustificada de cumprimento integral da obrigação contratualmente determinada;
- b) Recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração também caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida.

8.4 A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada àquele que:

I - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o processo licitatório ou a execução do contrato;

II - Fraudar o processo licitatório ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

III - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

IV - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

V - Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.5 Na aplicação das sanções serão considerados:

I - A natureza e a gravidade da infração cometida;

II - As peculiaridades do caso concreto;

III - As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - Os danos que dela provierem para a Administração Pública.

8.6 A aplicação das sanções previstas neste Edital de Dispensa é, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

8.7 A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

8.8 O não pagamento nos prazos fixados no Termo de Referência deste edital acarretará multa à CONTRATANTE, mediante a aplicação de a fórmula a seguir:

$EM = I \times N \times VP$ , onde:  $I = (TX/100) / 365$ ;

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

## **CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES**

9.1 - A empresa detentora do contrato fica sujeita às penalidades abaixo elencadas:



9.1.1 - Pelo atraso injustificado na entrega do objeto deste contrato, se sujeita a empresa detentora à penalidade de multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor total da obrigação não cumprida, por dia de atraso, limitada ao total de 20% (vinte por cento).

9.1.2 - pela inexecução total ou parcial deste termo, poderá garantida a prévia defesa, ser aplicada à empresa a sanção prevista no art. 155 da Lei 14.133/21, e, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do(s) item (ns) não entregue(s).

9.1.3 - As multas aqui previstas não têm caráter compensatório, porém moratório e, consequentemente, o pagamento delas não exime a empresa da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar ao Município de Abelardo Luz - SC.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E DO FORO**

10.1 - Integram este contrato, o edital de Dispensa nº xx/2025 e o orçamento da empresa acima relacionada.

10.2 – Os casos omissos serão resolvidos à luz das disposições contidas na Lei Federal nº 14.133/21, e, se for o caso, conforme disposições da Lei Federal nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria.

10.3 - Fica eleito o Foro da Comarca de Abelardo Luz – SC, para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização do presente contrato.

Abelardo Luz/SC, xx de xxxx de 2025.

Xxxxxx  
Representante legal da Contratada  
CPF: xxxxxxxxxxxx

NERCI SANTIN  
Prefeito Municipal